

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

A MAPFRE Brasil Participações S.A. é uma empresa de participações ("holding") que atua nos segmentos de seguros, previdência aberta e capitalização.

MAPFRE no Exterior
O lucro líquido da MAPFRE durante o exercício de 2016 aumentou 9,4%, registrando 775 milhões de euros em um ano que ficou marcado pelo bom comportamento de seus três mercados principais (Espanha, Brasil e Estados Unidos) e pelos excelentes resultados da MAPFRE RE. É importante destacar que o lucro líquido, descontados os eventos extraordinários e não recorrentes em ambos exercícios, cresceu 41%. A receita do Grupo foi de 27,9 bilhões de euros, cifra que representa um aumento de 1,5% em relação ao ano anterior. Os prêmios registraram um aumento de 2,2%, chegando a um total de 22,8 bilhões de euros. O patrimônio líquido, no fechamento de 2016, superou a marca de 11,4 bilhões de euros, aumento de 10% em relação ao ano anterior, graças ao bom comportamento dos mercados e à evolução positiva das principais divisões (dólar e real). Por outro lado, os ativos totais subiram 7%, situando-se no fechamento do ano em 67,9 bilhões de euros.

O índice combinado, um dos principais indicadores do setor de seguros, proveniente da soma dos índices de sinistralidade e de despesas, melhorou 1,2 ponto no último exercício, alcançando 97,4%.

MAPFRE no Brasil
Os negócios da MAPFRE Brasil somaram R\$ 17,9 bilhões, um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. Os recortes de Global Risks, Rural e Previdência registraram crescimento de 29%, 13% e 12%, respectivamente, e foram os destaques do Grupo. Por outro lado, seguindo os respectivos mercados, os ramos de Vida e Automóvel apresentaram reduções nos volumes de vendas, quando comparados com 2015. O resultado antes de impostos de todas as atividades no Brasil somou R\$ 3,0 bilhões, valor 3,5% inferior a 2015.

Adicionalmente, nos últimos meses centramos esforços na melhoria dos processos de subscrição, em especial, no aprimoramento dos serviços a clientes e distribuidores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		
		2016	2015	2014 (*)	2015	2014 (*)
Ativo Circulante		638.960	574.869	464.013	20.567.996	20.183.423
Caixa e equivalentes de caixa	5	6	1	185.558	292.809	413.473
Ativos financeiros		575.312	523.326	424.590	16.145.015	15.026.279
Aplicações financeiras	6	538.671	467.241	423.830	10.869.722	8.300.143
Empréstimos e recebíveis		36.641	56.085	760	5.275.293	6.726.136
Créditos das operações com seguros e resseguros	7A	-	-	5.131.150	6.365.785	5.448.340
Créditos das operações com previdência complementar	7A	-	-	885	1.066	3.015
Créditos das operações de capitalização	7A	-	-	563	5.445	9.673
Títulos e créditos a receber	7B	36.641	56.085	760	137.595	353.840
Ativos de resseguro - provisões técnicas	14	-	-	2.068.327	2.863.666	2.111.118
Créditos tributários e previdenciários	8	63.265	51.353	39.343	306.786	97.678
Outros ativos	9	377	189	80	125.645	99.664
Salvados (bens) à venda	10	-	-	328.910	354.340	353.625
Custos de aquisição diferidos	14	-	-	1.407.755	1.448.987	1.478.706
Ativo não circulante		3.884.213	3.691.031	3.431.879	14.132.360	15.755.545
Realizável a longo prazo		55.780	46.486	2.943	10.156.381	11.710.204
Ativos financeiros		52.837	43.543	-	7.627.682	9.117.162
Aplicações financeiras	6	52.837	43.543	-	4.822.312	6.133.503
Empréstimos e recebíveis	7A	-	43.543	-	2.805.370	2.983.659
Créditos das operações com seguros e resseguros	7A	-	-	-	1.144.224	1.415.051
Títulos e créditos a receber	7D	-	43.543	-	1.661.146	1.568.608
Ativos de resseguro - provisões técnicas	14	-	-	-	232.613	230.182
Créditos tributários e previdenciários	8	2.943	2.943	2.943	1.331.132	1.324.033
Custos de aquisição diferidos	14	-	-	-	964.954	1.038.827
Propriedade para investimento		-	-	-	3.709	11.071
Investimentos (Participações societárias)	11	3.826.715	3.642.827	3.427.190	9.126	9.115
Imobilizado	12	1.718	1.718	1.746	162.257	171.836
Intangível	13	-	-	-	3.800.887	3.853.319
Total do ativo		4.523.173	4.265.900	3.895.892	34.700.356	35.938.968

(*) Os valores de 2014 foram representados em atendimento ao IFRS 10 cujo detalhamento está contido na, conforme Nota Explicativa nº 2.

Em 2016, foram pagos dividendos no montante de R\$ 12.215 provenientes de reserva estatutária e juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no exercício, o que resultou na disponibilização aos acionistas o montante de R\$ 36.311, conforme AGE/AGO de 8 de dezembro de 2016 e dividendos no montante de R\$ 266.000 provenientes de reserva de investimento, conforme AGE de 1 de abril de 2016.

Conforme previsto no artigo 30º, do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e à distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias.

Reconhecimento
Guia EXAME de Sustentabilidade: Pelo quarto ano consecutivo foi considerada uma das empresas mais sustentáveis do país pelo Guia Exame de Sustentabilidade - o maior e mais respeitado levantamento sobre desenvolvimento sustentável do país. Além de ser novamente a única seguradora presente no guia, foi destaque do capítulo Instituições Financeiras, ao lado de outras duas empresas, ambas do segmento bancário.

TOP Employers 2016: Considerada uma empresa que oferece condições de trabalho excelentes, que promove e desenvolve o talento de todos os níveis, demonstrando que é líder no ambiente de gestão de pessoas e que se esforça para melhorar continuamente suas práticas de RH, segundo a pesquisa abrangente e independente do Top Employers Brasil 2016.

Great Place to Work (GPTW) América Latina: Pelo quinto ano consecutivo, figurou entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, conquistando a 23ª posição na categoria 25 Melhores Multinações.

III Prêmio Melhor Empresas para Trabalhadores com Deficiência: Figurou entre as 15 finalistas do prêmio promovido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD) de São Paulo, em parceria com o Centro de Tecnologia e Inclusão (CIT).

Valor Inovação: De acordo com o anuário Valor Inovação Brasil 2016, divulgado pelo jornal Valor Econômico e produzido pela consultoria Strategy8, parte da Network PricewaterhouseCoopers (PwC), é a empresa mais inovadora do país, conquistando a primeira colocação na categoria Seguradoras e Planos de Saúde.

Valor 1000: Conquistou a 2ª posição no ranking Valor 1000 (mantendo a classificação de 2014), organizado pelo jornal Valor Econômico, ficando entre as 20 maiores em lucro operacional e entre as 20 maiores em lucro líquido.

Estádio Empresas Mais: Ficou em 2º lugar no estudo Empresas Mais 2016, promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo. A Empresa fechou 2015 com Quadrante de Impacto-Estádio (Q)-Estádio: métrica desenvolvida com exclusividade pela FIA) de 3,6, subindo 15 pontos em relação a 2014.

3ª edição Prêmio CIC Brasil: Participando pela primeira vez do Prêmio CIC Brasil, foi a vencedora da categoria Operações Receptivas, com a premiação Ouro, que garante sua participação no LATAM 2017 - Prêmio Latino-Americano.

Revista Cobertura: No XIX Prêmio Cobertura Performance 2016, venceu nas categorias Melhor Performance Econômico-Financeira em Seguro de Riscos Nomeados e Destaque na Carteira de Seguro de Riscos de Petróleo.

Segurador Brasil: Na 13ª edição do prêmio Segurador Brasil, foi destaque nas seguintes categorias: Melhor Desempenho Global, Melhor Desempenho Aeronáuticos, Melhor Desempenho Eventos Aleatórios, Melhor Desempenho RC Ambiental, Melhor Desempenho RC Petróleo, Líder de Mercado Aeronáuticos, Líder de Mercado Crédito Interno, Líder de Mercado Doenças Graves, Líder de Mercado Educacional, Líder de Mercado Prestamista, Líder de Mercado Riscos Diversos, Líder de Mercado Riscos Nomeados e Operacionais, Líder de Mercado Risks Rurais, Líder de Mercado Transportes Nacionais, Líder de Mercado Vida em Grupo (Vida), Maior Crescimento em vendas - Eventos Aleatórios.

Top Gestão 2016: Pelo quinto ano consecutivo foi eleita a Melhor Seguradora do Prêmio Top Educação. **Top Gestão 2016:** Conquistou pelo terceiro ano consecutivo, Top Gestão 2016, na categoria Focadas-Renda Fixa, o prêmio elaborado pelo jornal Valor Econômico - S&P Global Ratings.

Star Ranking de Previdência: Quatro fundos da MAPFRE Investimentos foram incluídos no Star Ranking de Previdência da S&P Global Ratings, junto com os melhores fundos em previdência do mercado.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 24 de novembro de 2017
A Administração

	Notas	Controladora		Consolidado		
		2016	2015	2014 (*)	2015	2014 (*)
Passivo Circulante		5.658	3.420	23.281	15.637.242	17.869.386
Passivos de contrato de seguros	14	-	-	-	11.847.494	12.604.852
Débito das operações com seguros e resseguros	15	-	-	-	2.207.713	3.377.378
Débitos de operações com previdência complementar	16	-	-	-	13.878	390
Passivos financeiros - capitalização	17	-	-	-	77.942	65.255
Depósito de terceiros	18	-	-	-	152.452	358.113
Outros passivos	19A e C	5.658	3.420	23.281	1.337.763	1.463.398
Passivo não circulante		619.366	608.471	590.325	10.056.300	9.566.365
Passivos de contrato de seguros	14	-	-	-	7.223.862	6.765.452
Passivos diferidos	19B	258.835	283.296	293.193	1.168.282	1.161.412
Outros passivos	19A e C	360.531	325.175	297.132	1.664.156	1.639.501
Patrimônio líquido		20	3.898.149	3.654.009	3.282.286	9.006.814
Aos acionistas da controladora		3.898.149	3.654.009	3.282.286	3.898.149	3.654.009
Capital social		1.773.953	1.773.953	1.773.953	1.773.953	1.773.953
Reserva de capital		594.843	594.843	594.843	594.843	594.843
Reservas de lucros		1.529.021	1.302.065	919.048	1.529.021	1.302.065
Ajuste com títulos e valores mobiliários	332	(16.852)	(5.558)	-	332	(16.852)
Participação de não controladores		-	-	-	5.108.665	4.849.208
Total do passivo e patrimônio líquido		4.523.173	4.265.900	3.895.892	34.700.356	35.938.968

(*) Os valores de 2014 foram representados em atendimento ao IFRS 10 cujo detalhamento está contido na, conforme Nota Explicativa nº 2.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
			Legal	Estatutária	Ajuste com títulos e valores mobiliários			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.773.953	594.843	79.344	839.704	(5.558)	-	4.497.593	7.779.879
Dividendos pagos	-	-	-	(242.178)	-	-	-	(242.178)
Ajuste por efeitos de TVM Lucro líquido do exercício	-	-	-	(11.294)	(11.294)	663.386	(22.499)	(33.793)
Destinações:								
Reservas:	-	-	31.260	593.935	-	(625.195)	-	(38.191)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(38.191)	(38.191)	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	228	228	-
Distribuição de dividendos de não controladores	-	-	-	-	-	(1.049.367)	(1.049.367)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.773.953	594.843	110.604	1.191.461	(16.852)	-	4.849.208	8.503.217
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios AGE 29.04.2016	-	-	-	-	-	55.000	55.000	-
Dividendos pagos	-	-	-	(278.215)	-	-	(278.215)	-
Ajuste por efeitos de TVM Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.184	541.482	33.528	50.712
Destinações:								
Reservas:	-	-	25.259	479.912	-	(505.171)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(36.311)	(36.311)	-
Distribuição de dividendos de não controladores	-	-	-	-	-	(1.172.117)	(1.172.117)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.773.953	594.843	135.863	1.393.158	332	-	5.108.665	9.006.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receitas					
Prêmios de seguros líquidos	21(a)	-	-	15.882.859	16.756.938
Contribuições para cobertura de risco		-	-	4.685	4.801
Variação das provisões técnicas		-	-	634.446	(1.442.893)
Prêmio ganho	21	-	-	16.521.990	15.318.846
Receita com emissão de apólice		-	-	33.195	34.884
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL e outras provisões		-	-	(312)	1.256
Despesas com tributos		-	-	50.647	40.342
Receita líquida com títulos de capitalização		-	-	1.310.008	1.686.589
Equivalência patrimonial	21(b)	-	-	156	294
Outras receitas	21(i)	541.963	630.051	156	294
Total de Receitas		541.963	630.051	17.915.684	17.081.911
Despesas					
Sinistros ocorridos	21(c)	-	-	(8.016.915)	(7.841.904)
Benefícios retirados		-	-	(3.126)	(3.458)
Resultado com Sorteio		-	-	(33.308)	(23.324)
Custos de aquisição	21(e)	-	-	(3.577.521)	(3.289.047)
Despesas com resseguro	21(d)	-	-	(2.292.551)	(1.633.512)
Despesas administrativas	21(g)	(33.818)	(6.862)	(1.554.104)	(1.501.557)
Contribuição social	22	504	(1.760)	(579.561)	(433.838)
Outras receitas/(despesas) operacionais e não operacionais	21(h)	(3.415)	(2.287)	(242.017)	(419.772)
Total de despesas	21(f)	(37.434)	(9.171)	(16.248.492)	(15.384.949)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		504.529	620.880	1.667.192	1.696.962
Resultado financeiro	21(j)	37.474	49.131	1.356.628	1.437.265
Lucro operacional após o resultado financeiro		542.003	670.011	3.023.460	3.134.227
Lucro antes dos impostos		542.003	670.011	3.023.460	3.134.227
Imposto de renda	22	(1.025)	(4.865)	(559.371)	(613.750)
Contribuição social	22	504	(1.760)	(579.561)	(433.838)
Lucro líquido do exercício		541.482	663.386	1.884.528	2.086.639
Atribuído aos não controladores		-	-	1.423.046	1.423.253
Atribuído à controladora		-	-	541.482	663.386
Lucro por ação		-	-	1,0934	1,2107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

ii. IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente.

Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos das IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. O Grupo está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.

iii. IFRS 16 - Leases (arrendamento)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do arrendador permanece semelhante à normal atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o CPC 03 (IFRS 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos complementares das operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. O Grupo ainda está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que o Grupo potencialmente irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais.

j) Reapresentação de saldos de exercícios anteriores.

O Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2014 está sendo reapresentado conforme disposições do IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros em virtude de:

1) - Dividendos recebidos
Quando da combinação de negócios que deu origem ao Grupo BB e MAPFRE em 2011, foi acordado para a controladora MAPFRE BB SHZ Participações distribuir dividendos especiais fixos e prioritários, a serem pagos exclusivamente para sua controladora MAPFRE Brasil Participações S.A. Em 2015, observou-se um erro no

registro dos valores recebidos pela MAPFRE Brasil Participações S.A. de R\$ 172.580, que foram indevidamente registrados na conta de reserva de capital no patrimônio líquido em vez de baixar o valor na rubrica títulos e créditos a receber. Já no balanço consolidado este mesmo valor estava incorretamente apresentado na conta de reserva de capital no patrimônio líquido de acionistas controladores em contrapartida à conta de participação de acionistas não controladores, tal ajuste também foi efetuado.

j2 - Ajuste no goodwill
Foi realizado ainda um ajuste no valor de R\$ 21.072 na rubrica de investimentos no individual e no ágio por rentabilidade futuro na rubrica intangível, em contrapartida ao patrimônio líquido, em função da finalização do processo de revisão da alocação do preço de aquisição.

j3 - Ajustes de eliminação
Foram identificados valores a receber e a pagar entre empresas do grupo, os quais não foram eliminados na consolidação, no montante de R\$ 145.324 impactando as contas "outros créditos a receber" e "contas a pagar".

j4 - Reclassificações de saldos
A Companhia utilizava nas demonstrações financeiras consolidadas a estrutura do plano de contas da SUSEP, o que diverge em alguns aspectos dos requerimentos de apresentação para as normas CPC/IFRS. A seguir, destacamos as principais alterações para alinhar a apresentação aos requisitos do CPC/IFRS:

Nomenclatura anteriormente publicada	Valor (consolidado)	Nomenclatura atual republicada	Valor (consolidado)
Outros valores e bens	353.625	Salvados (bens) a venda	353.625
Outros créditos e	272.321		
Despesas antecipadas	23.078	Outros ativos	295.398
Contas a pagar	1.028.603	Outros passivos	1.028.603
Provisões técnicas - previdência complementar e Passivos de contrato de seguros	1.428.061	Passivos de contrato de seguros	1.428.061
Créditos das operações com seguros e resseguros e Títulos e créditos a receber	2.578.669	Créditos das operações com seguros e resseguros e Títulos e créditos a receber dentro do grupo de Ativos Financeiros	2.578.669

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas, que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

n) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros

Compreende substancialmente as despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas.

o) Outros passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

Passivos de planos de capitalização: Os títulos de capitalização têm seus passivos financeiros calculados no momento do recebimento dos recursos pela Companhia. Os títulos são emitidos com pagamento único e o valor do depositedo para resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Esses valores compõem a provisão matemática para resgates. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio, ou resgatar o valor correspondente a parcela dos depósitos pagos destinada para resgates, atualizada monetariamente conforme definido nas condições gerais do contrato.

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial e considera a parcela dos juros arrecadados para capitalização, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento %	Taxa
15414.000959/2008-16	PU	25,00	7,5
15414.000962/2008-30	PU	15,00	7,5
15414.005390/2011-81	PU	5,79	7,5
15414.900556/2013-16	PU	5,79	7,5
15414.901225/2013-13	PU	16,46	7,5
15414.900281/2015-01	PU	2,00	7,5

A Provisão para Resgate (PR) é constituída para cada título vencido e antecipado cujo saldo é atualizado pelo indexador do plano desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate. A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados.

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

A Provisão de despesa administrativa (PDA) é constituída para fazer face às despesas relacionadas às operações dos títulos de capitalização.

As atualizações monetárias e juros creditados às provisões técnicas são contabilizados como "Despesas financeiras".

p) Benefícios aos empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Obrigações por aposentadorias
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual o Grupo paga contribuição fixa para uma entidade separada e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

q) Reconhecimento de receitas

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura no risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3).

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento dos prêmios de seguro.

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de reconhecidas com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

Contribuições de planos de previdência

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

Receitas com títulos de capitalização

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos de pagamento único e a taxa sobre resgates antecipados dos títulos.

r) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 para MAPFRE Brasil Participações S.A. e empresas controladas e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% para as empresas não financeiras e 15% para seguradoras e empresas financeiras sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impógnos correntes), mensurado pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

t) Ativos não correntes mantidos para venda

O Grupo detém certos ativos não correntes que são mantidos para a venda, como estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Quando o Grupo elabora o teste de adequação dos passivos (TAP) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram em estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa.

u) Provisões, ativos e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica do Grupo, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

i. Cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração do Grupo na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Grupo de forma geral está exposto aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- a) Risco de subscrição;
- b) Risco de crédito;
- c) Risco de liquidez;
- d) Risco de mercado; e
- e) Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pelo Grupo na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

O Grupo conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, alinhado com a regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração das Companhias até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de *Value at Risk* - (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parca qualitatva da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o Grupo conta com os seguintes comitês:

- **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
- **Comitê de riscos globais:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração.
- **Comitê de auditoria no nível das investidas SH1 e SH2:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno à luz da regulamentação dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- **Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório do Grupo. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como: a gestão dos processos de prevenção e combate com a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação de mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos que o Grupo está exposto, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil do Grupo. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

a) Risco de subscrição

O Grupo define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde o Grupo possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o Grupo entende que o principal risco transferido para o Grupo é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos.

A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que o Grupo incorrerá para fazer face aos eventos de sinistros.

O Grupo utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado em função de eventos atípicos e volútos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em razão de menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas.

	Controladora		2014		Consolidado			
	Saldo Anteriormente Apresentado	Ajustes e Reclassificações	Referência na Nota 2 - j	Saldo Reapresentado	Saldo Anteriormente Apresentado	Ajustes e Reclassificações	Referência na Nota 2 - j	Saldo Reapresentado
Balanço patrimonial								
Ativo								
Circulante	636.593	(172.580)		464.013	18.463.830	(145.324)		18.318.507
Títulos e créditos a receber	173.340	(172.580)	j1	760	748.905	(145.323)	j3	603.582
Ativo não circulante	3.410.807	21.072		3.431.879	13.377.757	21.072		13.398.829
Investimentos (Participações societárias)	3.406.118	21.072	j2	3.427.190	9.487	-		9.487
Intangível	-	-		-	3.744.382	(21.072)	j2	3.765.454
Total do ativo	4.047.400	(151.508)		3.895.892	31.841.588	(124.252)		31.717.336
Passivo								
Circulante	23.280	1		23.281	16.444.503	(144.338)		16.300.165
Outros passivos	-	23.281	j4	23.281	-	1.028.603	j3 e j4	1.028.603
Passivo não circulante	591.986	(1.661)		590.325	7.638.951	(1.659)		7.637.292
Passivos diferidos	294.854	(1.661)	j2	293.193	1.149.271	(1.660)	j2	1.147.611
Patrimônio líquido	3.432.134	(149.848)		3.282.286	7.758.134	21.745		7.779.879
Reserva de capital	767.424	(172.581)	j1	594.843	767.424	(172.581)	j1	594.843
Reservas de lucros	898.238	20.810	j2	919.048	898.238	20.810	j2	919.048
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(7.481)	1.923	j2	(5.558)	(7.481)	1.923	j2	(5.558)
Total do passivo e patrimônio líquido	4.047.400	(151.508)		3.895.892	31.841.588	(124.252)		31.717.336

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pelo Grupo para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo.

b) Ativos financeiros, incluindo as aplicações financeiras

O Grupo pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) disponíveis para venda; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) empréstimos e recebíveis.

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. O Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Ativos disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificados para o resultado após a referida realização, líquido dos efeitos tributários.

(iii) Ativos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais o Grupo tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (créditos das operações com seguros e resseguros, com previdência complementar e com capitalização, ativos de resseguros, títulos e créditos a receber e outros créditos) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém, não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Contratos de investimentos
O Grupo mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BME&FBovpa.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

d) Salvados (bens) a venda (ativos mantidos para venda)

As mercadorias ou bens avariados que se conseguem resgatar de um sinistro e que ainda possam valor econômico são chamados de "salvado", os quais são estimados e contabilizados, considerando o histórico de venda do grupo com referência ao valor de Mercado da Tabela FIPE ou Molicar, líquido dos custos de venda e/ou outras métricas para as demais modalidades.

e) Redução ao valor recuperável

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

Concentração de riscos

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto de resseguro.

Bruto de Resseguro (*) Região Geográfica	2016									
	Auto		Vida		Danos		Demais		Total	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Centro Oeste	450.433	2,96%	835.474	5,50%	782.317	5,15%	171.433	1,13%	2.239.657	14,74%
Nordeste	560.623	3,69%	696.286	4,58%	316.237	2,08%	154.006	1,01%	1.727.152	11,37%
Norte	103.141	0,68%	241.668	1,59%	145.887	0,96%	40.914	0,27%	531.610	3,50%
Sudeste	2.089.383	13,75%	2.002.717	13,18%	1.717.369	11,30%	1.645.975	10,83%	7.455.444	49,06%
Sul	874.653	5,76%	781.115	5,14%	1.186.000	7,80%	401.070	2,64%	3.242.838	21,34%
Total	4.078.233	26,84%	4.557.260	29,99%	4.147.810	27,29%	2.413.398	15,88%	15.196.701	100,00%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ 83.561 e R\$ 602.597 (R\$ 72.782 e R\$ 623.535 em 2015).

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço.

As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros do Grupo com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio.

Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

Provisões técnicas

Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou o agravamento nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores.

Sinistralidade: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira.

Considerando as premissas acima descritas, os valores aprimorados são:

Fator de Risco	Efeito	Sensibilidade	2016	2015
			Patrimônio Líquido/Resultado	Patrimônio Líquido/Resultado
IBNR	Aumento	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(45.949)	(95.424)
PCC de longo prazo	(Aumento)/Redução	Suavização de 10% na taxa de mortalidade	2.905	(2.729)
PCC de longo prazo	Redução	Agravo de 5% na tabela de mortalidade	(45.518)	(36.594)
PIC de longo prazo	Redução	Redução de 1% na taxa de desconto da PCC	(190.267)	(54.236)
ETJ	Redução/(Aumento)	Redução de 10% a.a. na ETJ	7.134	(3.598)
Taxa de conversão e resgate	Aumento/(Redução)	Aumento de 10% na taxa de conversão em renda e resgate	(832)	(873)
Total	Total	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(272.527)	(189.702)
a. Sinistralidade	Aumento	Como uma elevação de 5% na sinistralidade afetar o exercício	(329.181)	(305.823)

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com o Grupo. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos:

(i) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;

(ii) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento;

(iii) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e

(iv) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores e resseguradores.

Exposição ao risco de crédito de seguro

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada com antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que o Grupo opera com diversos tipos de produtos.

Em relação às operações de resseguro, o Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e a falta estrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. O Grupo adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil e MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE da Espanha.

Prêmio cedido ao resseguro

Classificação	2016				2015			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AAA	8.920	30	–	8.950	5.118	–	–	5.118
AA+	–	–	1.145	1.175	–	–	3.346	3.346
AA	8.129	10.018	2.515	20.662	1.990	8.874	3.885	14.749
AA-	13.630	18.078	9.392	41.100	23.338	46.656	4.739	74.733
A+	9.233	255.924	9.211	274.368	–	261.185	8.950	270.135
A	72.739	217.759	8.220	299.018	82.963	261.597	14.102	358.662
A-	1.487.232	213	4.867	1.492.312	1.269.918	2.711	9.641	1.282.270
Outros	7.416	–	–	7.416	23.097	–	654	23.751
Total	1.607.299	502.052	35.650	2.145.001	1.406.424	581.023	45.317	2.032.764

(*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 24.732 (R\$ 25.318 em 2015) e R\$ 29.191 referente à provisão complementar de prêmio em 2015.

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*.

Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em função de clientes, em um mesmo grupo econômico ou em regiões geográficas.

Os critérios de resseguro também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna.

Gerenciamento do risco de crédito

A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição.

Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro:

Classificação	2016		2015	
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AAA	8.920	30	–	8.950
AA+	–	–	1.145	1.175
AA	8.129	10.018	2.515	20.662
AA-	13.630	18.078	9.392	41.100
A+	9.233	255.924	9.211	274.368
A	72.739	217.759	8.220	299.018
A-	1.487.232	213	4.867	1.492.312
Outros	7.416	–	–	7.416
Total	1.607.299	502.052	35.650	2.145.001

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*.

O Grupo efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido do Grupo em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pelo Grupo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade do Grupo liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. O Grupo possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovadas, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descaimentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. O Grupo monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, o Grupo reporta mensalmente à RUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisão técnicas.

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa utilizado para os sinistros/benefícios destes ramos.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa.

2016	Controladora			Consolidado		
	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	6	–	6	185.558	–	185.558
Aplicações financeiras	538.671	52.837	591.508	10.869.722	4.822.312	15.692.034
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	–	5.131.150	1.144.224	6.275.374
Créditos das operações com previdência complementar	–	–	–	885	–	885
Créditos das operações de capitalização	–	–	–	5.663	–	5.663
Títulos e créditos a receber	36.641	–	36.641	137.595	1.661.146	1.798.741
Ativos de resseguro - provisões técnicas	–	–	–	2.068.327	232.613	2.300.940
Créditos tributários e previdenciários	63.266	2.943	66.209	306.786	1.331.132	1.637.918
Outros ativos	377	–	377	125.645	–	125.645
Salvados (bens) a venda	–	–	–	328.910	–	328.910
Custos de aquisição diferidos	–	–	–	1.407.755	964.954	2.372.709
Total dos ativos	638.961	55.780	694.741	20.567.996	10.156.381	30.724.377
Passivos de contrato de seguros	–	–	–	11.847.494	7.223.862	19.071.356
Débito das operações com seguros e resseguros	–	–	–	2.207.713	–	2.207.713
Débitos das operações com previdência complementar	–	–	–	13.878	–	13.878
Passivos financeiros - capitalização	–	–	–	77.942	–	77.942
Depósito de terceiros	–	–	–	152.452	–	152.452
Passivos diferidos	–	–	–	258.835	1.168.282	1.427.117
Outros passivos	5.658	360.531	366.189	1.337.763	1.664.156	3.001.912
Total dos passivos	5.658	619.366	625.024	15.637.242	10.056.300	25.693.542

2015	Controladora			Consolidado		
	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1	–	1	292.809	–	292.809
Aplicações financeiras	467.241	–	467.241	8.300.143	6.133.503	14.433.646
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	–	6.365.785	1.415.051	7.780.836
Créditos das operações com previdência complementar	–	–	–	1.066	–	1.066
Créditos das operações de capitalização	–	–	–	5.445	–	5.445
Títulos e créditos a receber	56.085	43.543	99.628	353.840	1.568.608	1.922.448
Ativos de resseguro - provisões técnicas	–	–	–	2.863.666	230.182	3.093.848
Créditos tributários e previdenciários	51.353	2.943	54.296	97.678	1.324.033	1.421.711
Outros ativos	189	–	189	99.664	–	99.664
Salvados (bens) a venda	–	–	–	354.340	–	354.340
Custos de aquisição diferidos	–	–	–	1.448.987	1.038.827	2.487.814
Total dos ativos	574.869	46.486	621.355	20.183.423	11.710.204	31.893.627
Passivos de contrato de seguros	–	–	–	12.604.852	6.765.452	19.370.304
Débito das operações com seguros e resseguros	–	–	–	3.377.378	–	3.377.378
Débitos das operações com previdência complementar	–	–	–	390	–	390
Passivos financeiros - capitalização	–	–	–	65.255	–	65.255
Depósito de terceiros	–	–	–	358.113	–	358.113
Passivos diferidos	–	–	–	–	1.161.412	1.161.412
Outros passivos	3.420	283.296	286.716	1.639.501	1.302.899	2.942.400
Total dos passivos	3.420	608.471	611.891	17.869.386	9.566.365	27.435.751

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

A política do Grupo, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing a BB-DTVM acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é:

Fundo	MAPFRE Vida S.A.			Aliança do Brasil Seguros S.A.		
	2016	2015	Total	2016	2015	Total
Liquidez	14	714.641	–	1	2.467.155	–
Rentabilidade	1	48.924	–	48	323.880	25

Fundo	MAPFRE Seguros Gerais S.A.			Companhia de Seguros Aliança do Brasil		
	2016	2015	Total	2016	2015	Total
Liquidez	14	714.641	–	1	2.467.155	–
Rentabilidade	1	48.924	–	48	323.880	25

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas do Grupo.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos custos na mesma magnitude da taxa de juros.

Historicamente, o Grupo não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disso, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento e a própria classificação destes ativos financeiros na categoria de "Títulos mantidos até o vencimento".

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro abaixo:

	2016	2015
Total Aplicações Financeiras Excluídas	15.692.034	14.433.646
"Ativos financeiros mantidos até o vencimento"	–	–
Posição do DPVAT	(1.052.134)	(765.514)
Carteira de PGBL e VGBL	(3.094.970)	(2.621.099)
Outras aplicações	(1.180)	(1.180)
Volume financeiro analisado	11.543.750	11.045.853

Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço.

Fator de risco - taxa de juros	Impacto no Patrimônio Líquido/Resultado	
	2016 (**)	2015 (**)
Elevação da taxa de juros (*)	(340.118)	(316.364)
Redução da taxa de juros (*)	364.950	339.172

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

6c) Aplicações financeiras classificadas por prazo de vencimento e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	Vencimento				Controladora				Total			
	Até 1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Ativos			Ganho/(Perda) não realizada (G - F)	2016 (E)	%	2015 (H)	%
					Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)					
I - Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	147.011	320.716	41.886	-	509.613	509.613	509.613	-	509.613	86%	395.449	85%
Fundos de investimentos	147.011	320.716	41.886	-	509.613	509.613	509.613	-	509.613	100%	395.449	100%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	145	310.346	35.536	-	346.027	346.027	346.026	(1)	346.027	68%	139.306	35%
Letras financeiras - LF	-	10.370	-	-	10.370	10.370	10.370	-	10.370	2%	-	-
Operações compromissadas (*)	104.273	-	-	-	104.273	104.273	104.273	-	104.273	20%	218.089	55%
Fundos de investimentos - outros	42.676	-	6.350	-	49.026	49.026	49.026	-	49.026	10%	37.489	9%
Swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	0%
Outros/caixas	(83)	-	-	-	(83)	(83)	(82)	1	(83)	0%	-	-
II - Ativos mantidos até o vencimento	29.058	921	51.916	-	81.895	(1)	81.706	81.707	81.895	14%	71.792	15%
Fundo de investimento	29.058	921	51.916	-	81.895	(1)	81.706	81.707	81.895	100%	71.792	100%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	34.585	-	34.585	-	34.653	34.653	34.585	42%	30.219	42%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	5.032	921	17.331	-	23.284	(1)	23.015	23.016	23.284	28%	21.473	30%
Letras do tesouro nacional (LTN)	24.026	-	-	-	24.026	-	24.038	24.038	24.026	29%	20.100	28%
Total	176.069	321.637	93.802	-	591.508	591.612	591.319	81.707	591.508	100%	467.241	100%

Títulos	Vencimento				Controladora				Total			
	Até 1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Ativos			Ganho/(Perda) não realizada (G - F)	2016 (E)	%	2015 (H)	%
					Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)					
I - Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	4.089.119	3.432.727	1.172.231	1.069.799	9.958.876	9.945.669	9.946.846	1.177	9.958.876	63%	7.413.888	69%
Fundos de investimentos	4.089.128	3.432.979	344.049	982.092	9.958.248	9.945.669	9.946.846	1.177	9.958.876	68%	4.421.354	42%
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT	69.378	-	-	-	1.052.134	1.052.134	1.052.134	-	1.052.134	16%	765.514	17%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	8.587	1.125.549	336.567	-	1.470.703	1.470.704	1.470.702	(62)	1.470.703	22%	563.439	13%
Letras financeiras - LF	-	10.370	-	-	10.370	10.370	10.370	-	10.370	0%	-	-
Letras do tesouro nacional (LTN)	99.949	147.882	-	-	247.831	246.593	247.831	1.238	247.831	4%	609.052	14%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	8.078	-	-	8.078	8.078	8.078	-	8.078	0%	1.893	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	2.227	-	-	-	2.227	2.227	2.227	-	2.227	0%	2.086	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	20.966	-	-	-	20.966	20.966	20.966	-	20.966	0%	20.003	0%
Operações compromissadas (*)	3.835.119	36.396	-	-	3.871.515	3.871.515	3.871.515	-	3.871.515	57%	2.181.084	49%
Títulos da dívida agrária (TDA)	-	14.695	1.132	-	26.547	26.547	26.547	-	26.547	0%	31.920	1%
Fundos de investimentos - outros	42.676	-	6.350	38	49.064	49.064	49.064	-	49.064	1%	63.299	1%
Ajuste DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181.580	4%
Swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	0%
Outros/caixas	(494)	9	-	(702)	(1.187)	(1.187)	(1.186)	1	(1.187)	0%	919	0%
Carteira administrada	25.849	67.779	-	-	93.628	93.628	93.628	-	93.628	1%	93.663	1%
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	25.849	67.779	-	-	93.628	93.628	93.628	-	93.628	100%	93.663	100%
Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL	169.142	2.021.969	828.182	87.707	3.107.000	3.094.970	3.094.970	-	3.107.000	31%	2.628.871	37%
Certificados de depósitos bancários	1.356	-	-	-	1.356	1.356	1.356	-	1.356	0%	2.317	0%
Recibos de depósitos bancários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(428)	0%
Debêntures	9.057	9.075	52.274	3	70.409	70.409	70.409	-	70.409	2%	25.293	1%
Letras financeiras do tesouro - LFT	2.533	1.188.136	150.603	-	1.341.272	1.341.272	1.341.272	-	1.341.272	43%	573.471	22%
Letras financeiras - LF	-	80.279	-	-	80.279	80.279	80.279	-	80.279	3%	23.095	1%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	115.272	139.664	-	254.936	254.936	254.936	-	254.936	8%	582	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	-	40.075	-	-	40.075	40.075	40.075	-	40.075	1%	1.343	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	-	485.641	-	485.641	485.641	485.641	-	485.641	16%	-	-
Letras do tesouro nacional - LTN	-	437.065	-	-	437.065	437.065	437.065	-	437.065	14%	130.032	5%
Operações compromissadas (*)	15.685	125.491	-	-	141.176	141.176	141.176	-	141.176	5%	86.824	3%
Opções de futuros	481	-	-	-	481	481	481	-	481	0%	-	-
Títulos da dívida agrária (TDA)	5.328	4.008	-	-	9.336	9.336	9.336	-	9.336	0%	2.138	0%
Depósitos a prazo com garantia especial	51.256	22.568	-	-	73.824	73.824	73.824	-	73.824	2%	-	-
Termo tesouro	75.326	-	-	-	75.326	75.326	75.326	-	75.326	2%	-	-
Fundos de investimentos - abertos/outras	-	-	-	62.950	62.950	62.950	62.950	-	62.950	2%	1.774.519	68%
Letras de câmbio	3.930	-	-	-	3.930	3.930	3.930	-	3.930	0%	1.913	0%
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	4.190	-	-	(6.415)	(2.225)	(14.255)	(14.255)	-	(2.225)	0%	7.772	0%
Ações	-	-	-	31.169	31.169	31.169	31.169	-	31.169	1%	-	-
II - Ativos financeiros disponíveis para venda	338.487	1.561.304	420.636	-	2.320.427	2.321.515	2.320.427	(1.088)	2.320.427	10%	3.649.817	25%
Carteira administrada	338.487	1.561.304	420.636	-	2.320.427	2.321.515	2.320.427	(1.088)	2.320.427	100%	3.649.817	100%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	200.771	876.717	400.477	-	1.477.965	1.474.883	1.477.965	3.082	1.477.965	64%	2.504.677	69%
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.889	1%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	31.448	-	-	-	31.448	31.450	31.448	(2)	31.448	1%	101.199	3%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	434.512	-	-	434.512	435.606	434.512	(1.094)	434.512	19%	362.109	10%
Letras do tesouro nacional (LTN)	19.990	-	-	-	19.990	19.990	19.990	-	19.990	1%	17.276	0%
Certificados de depósitos bancários (CDB)	26.303	-	-	-	26.303	26.303	26.303	-	26.303	1%	79.554	2%
Depósitos a prazo com garantia especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.702	2%
Títulos da dívida agrária (TDA)	38.085	26.212	-	-	64.297	64.452	64.297	(155)	64.297	3%	101.930	3%
Debêntures	19.239	209.232	20.159	-	248.630	251.549	248.630	(2.919)	248.630	11%	294.205	8%
Letras financeiras (LF)	-	14.631	-	-	14.631	14.631	14.631	-	14.631	1%	75.076	2%
Notas promissórias (NP)	2.651	-	-	-	2.651	2.651	2.651	-	2.651	0%	-	-
III - Ativos mantidos até o vencimento	636.988	1.171.240	1.603.323	-	3.411.551	3.329.655	3.426.218	96.563	3.411.551	22%	3.638.761	25%
Fundo de investimento	361.412	821.333	1.160.584	-	2.543.329	2.461.433	2.531.860	70.427	2.543.329	75%	1.757.534	69%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	1.021.664	915.933	-	1.736.997	1.702.412	1.721.206	18.794	1.736.997	68%	2.117.172	68%
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	6.727	103.064	74.444	-	184.235	184.235	184.235	-	184.235	7%	146.392	6%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	114.860	87.471	170.207	-	372.538	349.253	367.646	18.393	372.538	15%	408.124	16%
Letras do tesouro nacional (LTN)	236.328	-	-	-	236.328	212.302	236.137	23.835	236.328	9%	210.528	8%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos da dívida agrária (TDA)	3.497	5.424	-	-	8.921	8.921	8.980	59	8.921	0%	12.268	0%
Debêntures	-	4.310	-	-	4.310	4.310	4.213	(97)	4.310	0%	34.050	1%
Carteira administrada	275.576	149.907	442.739	-	868.222	868.222	894.358	26.136	868.222	25%	1.110.227	31%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	314.703	-	314.703	314.703	341.669	26.966	314.703	36%	345.828	31%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	265.044	145.625	128.036	-	538.705	538.705	537.972	(733)	538.705	62%	491.161	44%
Certificados de depósitos bancários (CDB)	10.532	-	-	-	10.532	10.532	10.532	-	10.532	1%	265.525	24%
Debêntures	-	4.282	-	-	4.282	4.282	4.185	(97)	4.282	0%	7.713	1%
IV - Outras aplicações	-	-	-	1.180	1.180	1.180	1.180	-	1.180	0%	1.180	0%
Total	5.259.594	6.165.271	3.196.190	1.070.979	15.692.034	15.598.01						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

NOTA 13 - INTANGÍVEL

As taxas de amortização utilizadas foram as seguintes:

	Saldo de reavaliação		Baixa	Amortização	Saldo	
	31/12/2015	Adição			31/12/2016	31/12/2015
Desenvolvimento de programas	389.338	217.149	(19.305)	(95.684)	491.498	
Outros intangíveis (canal Affinity)	167.728	–	–	(11.485)	156.243	
VOBA - Carteira de Clientes (ii) (*)	358.321	–	–	(32.378)	325.943	
Canal de Distribuição (ii) (*)	2.435.311	–	–	(110.729)	2.324.582	
Ágio na aquisição de investimento (ii)	502.622	–	–	–	502.622	
Total	3.853.319	217.149	(19.305)	(250.276)	3.800.887	
	Saldo de reavaliação		Baixa	Amortização	Saldo	
	31/12/2014	Adição			31/12/2015	31/12/2014
Desenvolvimento de programas	327.419	197.316	(65.158)	(70.239)	389.338	
Outros intangíveis (canal Affinity)	–	167.728	–	–	167.728	
VOBA - Carteira de Clientes (ii) (*)	399.381	–	–	(41.060)	358.321	
Canal de Distribuição (ii) (*)	2.536.032	–	–	(100.722)	2.435.310	
Ágio na aquisição de investimento (ii)	502.622	–	–	–	502.622	
Total	3.765.454	365.044	(65.158)	(212.021)	3.853.319	

(*) A amortização é calculada usando método exponencial durante a vida esperada, sendo a taxa média de 20 anos de 0,42% ao mês para os Canais de Distribuição e VOBA.

(i) Ágio da aquisição das empresas Brasilveículos Companhia de Seguros e Companhia de Seguros Aliança do Brasil
O ágio faz parte da troca de participação na combinação de negócios com o Banco do Brasil sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi realizada a reorganização societária com a criação do aceno dos patrimônios líquidos das empresas BB Aliança Participações S.A. e MAPFRE Participações S.A., ambas controladas pela investida SH1, com versão dos patrimônios para a Companhia de Seguros Aliança do Brasil e para a Vida Seguradora S.A., respectivamente. Adicionalmente, houve a recomposição dos ágios na investida SH1, originalmente registrados nas incorporadas.
Os referidos ágios são alocados às unidades de negócios para fins de teste anual de "impairment test" (valor recuperável), as quais se beneficiam da combinação de negócios que originaram os ágios.

Redução ao valor recuperável do ágio
Atualmente o teste de valor recuperável é realizado, ou sempre que houver indicativos de perda em qualquer unidade geradora de caixa, sendo o teste realizado de forma consistente nos períodos de fechamento das demonstrações financeiras anuais.

Unidade geradora de caixa
O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa foi superior ao saldo contábil do ágio registrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A apuração desse valor também é determinada com base nas projeções do fluxo de caixa descontado a partir de estimativas financeiras elaboradas pela Administração, para um período de dez anos, mais perpetuidade. A taxa de desconto, antes dos impostos, é aplicada às projeções de fluxo de caixa.
O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

- Prêmios emitidos, sinistralidade, comissionamento e despesas administrativas: Utilizou-se base histórica e expectativa de crescimento e desempenho de cada unidade geradora de caixa.
- Financeiro: Projeção da rentabilidade com base na Taxa SELIC.
- Taxa de desconto (nominal): O critério utilizado para a taxa de desconto é o CAPM (Capital Asset Pricing Model), ou Modelo de Precificação de Ativos Financeiros, que considera o custo de capital correspondente à taxa de rentabilidade exigida pelos acionistas como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos, onde foram considerados dois cenários, Custo de Oportunidade ou CAPM, dos dois o maior.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

- As implicações das modificações nas principais premissas para o montante recuperável são demonstradas a seguir:
- Premissas de taxa de crescimento: O cenário macroeconômico futuro e a alta volatilidade do mercado podem causar um impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento.
- Margem de contribuição: Uma redução na margem de contribuição, principalmente pelo deslocamento da sinistralidade dos produtos projetada, acarretaria em prejuízo para aquela operação.
- Taxa de desconto: Um aumento na taxa de desconto antes de impostos acarretaria em um maior comprometimento.

Simulamos o efeito do impacto decorrente da modificação das premissas de Crescimento, Sinistralidade e Taxa de desconto utilizadas da ordem de 5% e concluímos que o valor recuperável permaneceria superior ao valor contábil.

(ii) Ativos intangíveis da parceria com o Banco do Brasil
Os ativos intangíveis adquiridos na parceria com o Banco do Brasil demonstrados no quadro acima são: VOBA e Canal de Distribuição gerados em 30 de junho de 2011.

O valor atribuído ao ativo intangível Canal de Distribuição representa o resultado de direitos e obrigações de seguros que não existiam contratualmente na data da combinação de negócios e que serão originados pelo potencial de novas vendas em função da acessibilidade do Grupo à base de clientes do Banco do Brasil através do canal bancário. Este potencial de geração de vendas, em função da maior capilaridade dos canais adquiridos, contribuirá para a geração de benefícios econômicos futuros ao longo do tempo. O potencial de novas vendas é representada pela estratégia de Cross-Selling utilizada pelo Grupo, já que é possível a venda de múltiplos produtos e serviços a um mesmo cliente e ainda a venda desses produtos ou serviços para clientes do Banco do Brasil que eventualmente não adquiriram esses produtos.

VOBA (Value of Business Acquired) é um ativo intangível identificável no contexto de um processo de aquisição de uma carteira. Representa a remuneração da companhia vencedora por ter a aquisição, despesas administrativas e custos de regulação de sinistros.
Os intangíveis relacionados com o canal de distribuição e VOBA adquiridos em uma combinação de negócios foram reconhecidos pelo valor justo da aquisição. Esses intangíveis têm vida útil finita e são contabilizados pelo seu valor a custo menos a amortização acumulada.

A amortização dos canais de distribuição e VOBA foram apropriados com base no valor de caixa nominal (não descontado).
A amortização é calculada usando método exponencial durante a vida esperada, sendo que a vida útil estimada para esses intangíveis é de 20 anos.

NOTA 14 - DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO

	2016		2015	
	Contribuições	Resgates	Contribuições	Resgates
Provisões técnicas de seguros	15.677.601	16.480.750	15.677.601	16.480.750
Provisões técnicas de vida individual e vida com cobertura sobrevivência/VGBL	1.435.881	1.126.368	1.435.881	1.126.368
Provisões técnicas de previdência	1.957.874	1.765.188	1.957.874	1.765.188
Total	19.071.356	19.370.304	19.071.356	19.370.304

	2015		2016	
	Contribuições	Resgates	Contribuições	Resgates
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	10.257.489	15.806.796	(16.617.324)	–
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	4.425.315	8.331.184	(1.008.918)	8.986
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	30.441	75.401	(111.991)	–
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	1.124.760	350.290	–	–
Provisão complementar de cobertura - PCC	446.238	95.539	–	–
Outras provisões	196.507	54.918	(62.450)	–
Total	16.480.750	24.714.128	(17.800.683)	8.986

	2015		2016	
	Contribuições	Resgates	Contribuições	Resgates
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.107.754	403.615	–	158.984
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	13.349	612	–	1.452
Provisão de despesas relacionadas - PDR	870	284	–	1.154
Provisão de excedentes financeiros - PEF	–	–	(5)	33
Provisão de benefícios/resgates a regularizar	2.033	9.563	(9.266)	37
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	357	–	–	509
Total	1.124.366	414.226	(9.271)	160.506

	2015		2016	
	Contribuições	Resgates	Contribuições	Resgates
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.664.623	135.817	147.044	(303.757)
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	78.728	–	–	(18.227)
Provisão de benefícios a regularizar - PBR	37	–	–	–
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.975	–	–	–
Provisão de excedentes financeiros - PEF	10.269	–	–	4.750
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	164	–	–	–
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	9.160	–	–	81
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	232	–	–	–
Total	1.765.188	135.817	147.044	(321.984)

	2014		2015	
	Contribuições	Resgates	Contribuições	Resgates
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	8.925.493	1.336.242	(4.246)	–
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	3.853.450	8.203.042	(1.064.907)	304.909
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	41.510	19.615	(30.684)	–
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	946.691	182.491	(4.422)	–
Provisão complementar de cobertura - PCC	359.123	87.115	–	–
Outras provisões	176.044	52.982	(32.519)	–
Total	14.302.311	9.881.487	(1.136.778)	304.909

	2014		2015	
	Contribuições	Resgates	Contribuições	Resgates
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	841.039	345.418	(5.581)	106.619
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	10.551	2.538	–	1.457
Provisão de despesas relacionadas - PDR	702	168	–	–
Provisão de excedentes financeiros - PEF	1	–	(3)	5
Provisão de benefícios/resgates a regularizar	1.116	3.102	–	(2.185)
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	168	189	–	–
Total	853.577	351.415	(5.584)	108.081

	2014		2015	
	Contribuições	Resgates	Contribuições	Resgates
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.396.098	132.896	154.427	(192.700)
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	65.880	–	–	(9.231)
Provisão de benefícios a regularizar - PBR	12	–	–	(180)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.852	–	–	–
Provisão de excedentes financeiros - PEF	9.577	–	–	4.817
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	138	–	–	–
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	12.631	–	–	(494)
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	225	–	–	–
Total	1.486.415	132.896	154.427	(202.605)

	2015		2016	
	Contribuições	Resgates	Contribuições	Resgates
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.396.098	132.896	154.427	(192.700)
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	65.880	–	–	(9.231)
Provisão de benefícios a regularizar - PBR	12	–	–	(180)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.852	–	–	–
Provisão de excedentes financeiros - PEF	9.577	–	–	4.817
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	138	–	–	–
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	12.631	–	–	(494)
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	225	–	–	–
Total	1.486.415	132.896	154.427	(202.605)

	2015		2016	
	Contribuições	Resgates	Contribuições	Resgates
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.396.098	132.896	154.427	(192.700)
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	65.880	–	–	(9.231)
Provisão de benefícios a regularizar - PBR	12	–	–	(180)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.852	–	–	–
Provisão de excedentes financeiros - PEF	9.577	–	–	4.817
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	138	–	–	–
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	12.631	–	–	(494)
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	225	–	–	–
Total	1.486.415	132.896	154.427	(202.605)

NOTA 15 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

A seguir demonstramos a composição do saldo.

	Consolidado	
	2016	2015
Prêmios a restituir	6.886	131.766
Operações com seguradoras	88.656	171.259
Operações com resseguradoras	800.740	1.764.178
Corretores de seguros e resseguros	1.007.491	1.057.004
Outros débitos operacionais	303.940	253.171
Total Circulante	2.207.713	3.377.378

NOTA 16 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Consolidado	
	2016	2015
Contribuições a restituir	376	56
Portabilidades recebidas (*)	13.502	324
Total Circulante	13.878	390

(*) Refere-se a valores recebidos nos últimos dias e regularizados no início do mês subsequente.

NOTA 17 - PASSIVOS FINANCEIROS - CAPITALIZAÇÃO

	Consolidado		Provisões		Total das Provisões
	Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgate (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Participação e Lucros (PDB)	
Saldo no início do exercício - 31/12/2015	50.791	1.578	5	12.797	84
Constituição de provisão	134.306	(33)	39.378	39.367	47
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	4.003	35	–	271	2
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(40.675)	–
Pagamento de resgates	–	(124.410)	–	–	(1)
Títulos cancelados	(1.220)	–	–	–	–
Constituição despesas administrativas	–	–	–	–	199
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(198)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(39.378)	–	(39.378)
Transferência PRA	(83.520)	83.519	–	–	(1)
Transferência PRV	(41.898)	41.898	–	–	–
Transferência PDB	–	1	–	–	1
Outros ajustes	(129)	(5)	–	1.123	989
Saldo no final do exercício - 31/12/2016	62.333	2.583	5	12.883	90

	Consolidado		Provisões		Total das Provisões
	Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgate (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Participação e Lucros (PDB)	
Saldo no início do exercício - 31/12/2014	47.332	2.687	4	7.656	60
Constituição de provisão	96.728	–	23.324	–	120.052
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	3.000	–	–	–	4
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(202.109)	–
Resgate solicitado - transferência de PMC para PR	(96.433)	–	–	–	(96.433)
Pagamento de resgates	–	–	(97.634)	–	(97.634)
Transferência de PMC para PR	–	–	96.433	–	133.477
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	182
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(162)
Baixa de sorteios decorridos	–	–	(23.323)	–	(23.323)
Outros ajustes	164	(21)	–	–	143
Saldo no final do exercício - 31/12/2015	50.791	1.578	5	12.797	84

NOTA 18 - DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios das Seguradoras.

	Consolidado	
	2016	2015
1 a 30 dias	110.839	295.425
31 a 60 dias	6.121	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

O montante de COFINS sobre receitas excedentes ao prêmio, suspenso por medida judicial, período de maio de 2009 a dezembro de 2016, atualizado pela taxa SELIC, é de R\$ 23.303 (R\$ 18.394 em 2015), não há provisão por classificar-se a probabilidade como perda possível.

Quanto ao PIS, a Seguradora recolhe o tributo, considerando como base de cálculo, até junho de 2009, a totalidade das receitas - relacionadas a prêmios de seguros e excedentes. A partir de junho/2009, com a revogação do parágrafo 1º, do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, a Seguradora começou a utilizar como base de cálculo apenas as receitas relacionadas a prêmios de seguros. O montante de PIS sobre as receitas excedentes, após junho de 2009, atualizado pela taxa SELIC até dezembro de 2016, é de R\$ 3.770 (R\$ 2.971 em 2015), não há provisão por classificar-se a probabilidade de perda possível.

CSLL - A Seguradora discute judicialmente a elevação da alíquota de 20% para 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A ação aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, que se encontra sobrestado, aguardando julgamento final da ADI 4.101/DF. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

A Seguradora efetuou depósitos judiciais referentes à majoração da alíquota da parcela correspondente à majoração da alíquota até a competência março de 2010, quando passou a recolher o montante integral da Contribuição. O montante depositado, e provisionado, atualizado pela taxa SELIC, até Dezembro/2016 é de R\$ 685 (R\$ 635 em 2015).

A Seguradora discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169/15 - período compreendido entre Setembro/2015 e Dezembro/2018), mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda decisão de primeira instância. A probabilidade de perda é classificada como possível.

Trabalhista - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora. **Cível** - Tratam-se de ações judiciais que demandam pedidos não previstos, total ou parcialmente, nas coberturas contratadas através da apólice de seguro.

MAPFRE Seguros Gerais S.A.**PIS/COFINS - Lei nº 9.718/1998 e Lei nº 12.973/2014**

Em 01 de novembro de 2014, a Seguradora incorporou a empresa MAPFRE Affinity Seguradora S.A., que discuta judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, em ação cujo objeto, a partir da decisão de segunda instância, limitou-se à COFINS. A ação foi julgada parcialmente procedente em primeira instância, e obteve resultado desfavorável em Apelação. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado para aguardar julgamento de recurso representativo pelo STF. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. Foram depositados judicialmente pela MAPFRE Affinity S.A. os valores em discussão quanto à COFINS, de 2005 a 2013, quando o tributo passou a ser recolhido sobre as receitas relacionadas aos prêmios de seguro, até a data da incorporação. Os depósitos judiciais, são atualizados pela taxa SELIC, totalizam em dezembro de 2016, R\$ 142.378 (R\$ 130.509 em 2015), com provisão em valor equivalente.

Com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, a partir de 01 de janeiro de 2015, a Administração da Seguradora, amparada por seus consultores jurídicos, entende que a base de cálculo de PIS/COFINS está limitada aos prêmios de seguros.

Sob o entendimento de que as receitas financeiras não compõem a base de cálculo do PIS/COFINS, a Seguradora ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em agosto de 2014, cuja probabilidade de perda é possível. Em fevereiro de 2016 houve julgamento em primeira instância, desfavorável a tese da Seguradora. Interposto recurso de apelação, recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, do que aguarda julgamento.

A partir de dezembro de 2013, a Seguradora passou a recolher o PIS/COFINS sobre receitas relacionadas a prêmios de seguros.

A COFINS sobre receitas excedentes aos prêmios de seguros nas operações próprias, desde dezembro de 2013, somada à incorporada MAPFRE Affinity Seguradora S.A. (períodos de maio de 1999 a novembro de 2000, e de agosto de 2005 a outubro de 2014), atualizada pela taxa SELIC, em dezembro de 2016 é de R\$ 90.845 (R\$ 65.102 em 2015). O PIS sobre a mesma base, relativo às operações próprias de abril de 2009 a outubro de 2014, e da empresa incorporada, atualizado pela taxa SELIC, em dezembro de 2016, totaliza R\$ 14.277 (R\$ 10.123 em 2015). Considera-se a probabilidade de perda da ação, segundo Parecer de seus advogados, como possível, e, conseqüentemente, o valor em discussão não é provisionado.

PIS - EC nº 17/1997 - A Seguradora discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, encontrando-se os processos aguardando julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestados em razão de reconhecimento de repercussão geral sobre a matéria - RE nº 578.846/SP. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. Há sentença concedendo a suspensão da exigibilidade. Os valores não recolhidos, nos períodos de janeiro a junho de 1996, e de julho de 1997 a fevereiro de 1998, atualizados pela taxa SELIC, até dezembro de 2016, totalizam R\$ 11.181 (R\$ 10.996 em 2015).

IRPJ e CSLL - IPC/BTNF - A Seguradora discute judicialmente direito à dedução da imediata e integral de parcela atinente à diferença entre a variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 (exercício de 1992), sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991. O processo aguarda julgamento de Recurso Especial e Extraordinário, sobrestados para aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal em repercussão geral. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O valor atualizado pela taxa SELIC, dezembro de 2016, é de R\$ 18.269 (R\$ 17.756 em 2015).

Multa de mora - Em dezembro de 2013, a Seguradora desistiu de discussões judiciais relativas ao PIS/COFINS, nas quais detinha liminares para suspensão da exigibilidade dos tributos, efetuando recolhimento integral dos tributos devidos sobre o período entre janeiro e outubro de 2013. O recolhimento se deu sem incidência de multa, já que alcançado pela validade das liminares que concediam a suspensão dos tributos. Face à discordância da Receita Federal com o não pagamento da multa, que passou a exigir, a Seguradora ingressou com ação judicial para discutir a cobrança. O processo aguarda julgamento de primeira instância. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. Para suspender a cobrança, efetuou depósito judicial dos valores em exigência. O depósito, atualizado pela taxa SELIC até dezembro de 2016, totaliza R\$ 14.957 (R\$ 13.483 em 2015).

CSLL - A Seguradora discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169/2015 - período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018), mantendo o recolhimento conforme previsto na legislação vigente. Aguarda julgamento de primeira instância. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

Processos administrativos:

IRPJ/CSLL - Em janeiro de 2016, a Seguradora foi autuada em processo de fiscalização de despesas operacionais, o que discute na esfera administrativa, aguardando julgamento de impugnação. A probabilidade de perda é possível.

Trabalhistas - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora.

Cíveis - Tratam-se de ações judiciais que demandam pedidos não previstos, total ou parcialmente, nas coberturas contratadas através da apólice de seguro.

Brasilveículos Companhia de Seguros

PIS/COFINS - Lei 9.718/98 e 12.973/14 - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei 9.718/98, a qual passou a tributar as seguradoras pela COFINS, e majorou a base de cálculo do PIS. Sobre a COFINS, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, para recolher o tributo utilizando como base de cálculo o faturamento. Em segunda instância obteve decisão desfavorável, encontrando-se o processo aguardando julgamento de Recursos Especial e Extraordinário.

Quanto ao PIS, a Companhia possui decisões desfavoráveis em primeira e segunda instância, encontrando-se o processo aguardando julgamento de Recurso Extraordinário.

Com a entrada em vigor da Lei 12.973/2014, a partir de 01 de janeiro de 2015, a Administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos, entende que a base de cálculo de PIS/COFINS está limitada aos prêmios de seguros.

Sob o entendimento de que as receitas financeiras não compõem a base de cálculo do PIS/COFINS, a Companhia ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em agosto de 2014, cuja probabilidade de perda é possível. Em fevereiro de 2016 houve julgamento em primeira instância, desfavorável a tese da Companhia Interposto recurso de apelação, recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, do que aguarda julgamento.

Em janeiro de 2014, a Companhia passou a recolher a COFINS sobre os prêmios de seguros.

No período compreendido entre maio de 1999 e dezembro de 2013, a Companhia depositou judicialmente a COFINS tendo como base de cálculo a totalidade das receitas, cuja somatória atualizada em dezembro de 2016 é de R\$ 470.353 (R\$ 438.293 em 2015). A provisão foi constituída para o montante relativo aos prêmios de seguros, cujo saldo atualizado pela taxa Selic, em dezembro de 2016, é de R\$ 402.551 (R\$ 374.915 em 2015).

O montante de COFINS sobre receitas excedentes ao prêmio de seguros, suspenso por medida judicial, desde maio de 1999, atualizado pela SELIC, é de R\$ 114.086 em dezembro de 2016 (R\$ 97.207 em 2015), não há provisão por classificar-se a probabilidade de perda como possível.

Quanto ao PIS, a Companhia recolhe o tributo sobre as receitas de prêmios de seguros.

Sobre as receitas excedentes aos prêmios de seguros, recolheu o tributo até maio de 2009. O montante de PIS calculado sobre as receitas excedentes, após a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, atualizado até dezembro de 2016 é de R\$ 9.014 (R\$ 6.866 em 2015), e não há provisão por classificar-se a probabilidade de perda como possível.

PIS - EC 17/97 - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional 17/97, vigente até janeiro de 1999, com decisão favorável em primeira, e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/88. O processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à referida decisão. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

O tributo calculado sobre o período entre novembro de 1998 e fevereiro de 1999 foi depositado judicialmente e provisionado, os quais estão sendo atualizados pela taxa SELIC totalizando, em dezembro de 2016, R\$ 6.770 (R\$ 6.849 em 2015).

Em junho/2016, em razão do julgamento pelo STF no RE 848.353/SP julgado em sede de recurso repetitivo, e com base na avaliação dos advogados que a assessora, a Companhia reverteu a provisão que correspondia aos meses de Dezembro/97, Janeiro e Fevereiro/98 no valor total de R\$ 312.

IRPJ - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) nos períodos-base de 1997 a 2011. O processo foi julgado de forma desfavorável em segunda instância. Houve negativa de seguimento ao Recurso Especial, e julgou-se prejudicado o Recurso Extraordinário, em virtude do julgamento do RE 582.525 que declarou constitucional a inclusão da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Aguarda-se a remessa dos autos ao juízo de origem, para a conversão em renda dos depósitos efetuados nos autos, para posterior baixa definitiva. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. A somatória dos depósitos judiciais atualizado pela taxa Selic, e provisionados em dezembro de 2016 é de R\$ 44.349 (R\$ 41.617 em 2015).

IRPJ - A Companhia ingressou com ação anulatória de débito, face à não homologação por parte da Receita Federal quanto a Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda-se julgamento de primeira instância. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O valor do depósito judicial, atualizado pela SELIC, até dezembro de 2016, é de R\$ 2.179 (R\$ 1.971 em 2015).

CSLL - A Companhia discute judicialmente a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) de 9% para 15%. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira instância, e segunda instância. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O tributo, calculado para o período de 2009 a 2011, foi depositado judicialmente e provisionado, os quais, atualizados pela taxa SELIC, totalizam em dezembro de 2016 R\$ 26.109 (R\$ 24.063 em 2015). A partir de 2012 passou a recolher integralmente o tributo.

A Companhia discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei 13.169/15 - período compreendido entre Setembro/2015 e Dezembro/2018), mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda decisão de primeira instância. A probabilidade de perda é classificada como possível.

Trabalhistas - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Companhia e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração.

Cíveis - Tratam-se de ações judiciais que demandam pedidos não previstos, total ou parcialmente, nas coberturas contratadas através da apólice de seguro.

c) Outros passivos - Controladora

Provisão de imposto de renda e contribuição social em função de acordo de parceria firmado entre a MAPFRE e o Banco do Brasil. Em maio de 2005, a MAPFRE Seguros Gerais S.A. adquiriu 51% das ações ordinárias da Nossa Caixa Seguros e Previdência, obtendo exclusividade na comercialização de seguros de vida e previdência na rede de agências do banco por um período de 20 anos. Em 25 de julho de 2007, a Portaria SUSEP nº 2.714, homologou a transferência do controle acionário da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. para MAPFRE Participações Ltda., cujo controle acionário pertencia a MAPFRE Seguros Gerais S.A. O acordo entre os sócios previa que, em caso de transferência de controle da Nossa Caixa, a MAPFRE teria a opção de vender a sua participação para a instituição que viesse a assumir o banco. Em 2009, o Banco do Brasil adquiriu o Banco Nossa Caixa, contudo a MAPFRE não tinha intenção de exercer a opção de venda. Na parceria os valores das carteiras foram mensurados a valor justo.

Provável	2016		2015	
	Quantidade	Valor em risco	Quantidade	Valor em risco
	1	354.604	1	325.175
		354.604		325.175

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social é de R\$ 1.773.953, representado por 1.721.522.904 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.721.422.904 ações ordinárias e 100.000 ações preferenciais.

b) Dividendos É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, conforme estabelecido no estatuto social, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP").

Em 2016, foram pagos dividendos no montante de R\$ 12.215 provenientes de reserva estatutária e juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TILP vigente no exercício, o que resultou na disponibilização aos acionistas o montante de R\$ 36.311, conforme AGE/AGO de 8 de dezembro de 2016 e dividendos no montante de R\$ 266.000 provenientes de reserva de investimento, conforme AGE de 1 de abril de 2016.

Em 2015, foram pagos dividendos no montante de R\$ 242.178 provenientes de reserva estatutária e juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TILP vigente no exercício, o que resultou na disponibilização aos acionistas o montante de R\$ 38.191, conforme AGE/AGO de 1 de dezembro de 2015.

c) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2016, foi constituído reserva legal no montante de R\$ 25.259, passando para um valor total de R\$ 135.863.

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2015, foi constituído reserva legal no montante de R\$ 31.260, passando para um valor total de R\$ 110.604.

d) Reservas estatutárias

Conforme previsto no artigo 30º, do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias.

Em 31 de dezembro de 2016, foi constituído reserva estatutária no montante de R\$ 479.912 passando para um valor total de R\$ 1.393.158.

Em 31 de dezembro de 2015, foi constituído reserva estatutária no montante de R\$ 593.935 passando para um valor total de R\$ 1.191.461.

NOTA 21 - DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**Ramos de atuação - Consolidado**

	2016			
	Despesas (receitas) de	Sinistra- lidade comercialização	Sinistra- lidade	Comer- cialização
Ramos de atuação				
Automóvel	3.874.896	2.686.142	714.932	69,32%
Vida em grupo	2.250.148	909.546	708.650	40,42%
Prestamisia	1.471.762	449.918	446.385	30,57%
Patrimonial	1.205.791	456.113	237.785	34,93%
Acidentes pessoais coletivos	1.252.834	232.133	446.277	35,53%
Penhor rural - Instituições financeiras privadas	995.409	382.777	139.553	38,45%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	767.362	834.660	55.710	108,77%
Seguro de vida do produtor rural	647.555	80.426	188.503	12,42%
DPVAT	422.141	351.367	5.649	83,23%
Responsabilidade civil facultativa	375.189	293.700	46.973	78,28%
Riscos especiais	260.399	14.348	1.198	-5,51%
Doenças graves ou doença terminal	207.611	42.643	77.896	20,54%
Assistências e outras coberturas - Auto Riscos Financeiros	207.306	86.737	17.932	41,84%
Aeronáuticos	201.536	191.822	31.923	95,18%
Compreensivo empresarial	192.853	136.289	6.846	70,67%
Compreensivo residencial	173.072	62.323	61.787	36,01%
Crédito Interno	169.833	67.560	56.554	39,78%
Demais ramos	134.956	19.353	12.497	14,34%
Total	1.611.337	747.756	320.470	46,41%
Total	16.521.990	8.016.915	3.577.521	48,52%

	2015			
	Despesas (receitas) de	Sinistra- lidade comercialização	Sinistra- lidade	Comer- cialização
Ramos de atuação				
Automóvel	4.231.542	2.736.193	753.404	64,66%
Vida em grupo	1.945.401	821.005	645.679	42,20%
Prestamisia	1.520.272	293.072	442.574	19,27%
Patrimonial	1.180.246	873.500	192.144	74,01%
Acidentes pessoais coletivos	1.058.123	192.563	338.413	18,20%
Penhor rural - Instituições financeiras privadas	1.009.697	448.164	163.761	44,59%
Seguro de vida do produtor rural	516.500	64.614	150.353	23,31%
Responsabilidade civil facultativa	459.054	329.739	61.589	71,83%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	440.800	506.303	38.614	114,86%
DPVAT	429.512	381.216	6.062	86,82%
Assistências e outras coberturas - Auto Riscos Financeiros	235.551	80.883	23.502	35,86%
Doenças graves ou doença terminal	195.714	17.066	72.669	8,72%
Compreensivo empresarial	190.105	81.669	64.864	45,99%
Compreensivo residencial	164.851	61.753	53.066	37,46%
Riscos especiais	157.328	21.790	1.322	13,85%
Riscos diversos	143.178	17.010	95.228	11,88%
Demais ramos	1.440.772	910.364	185.804	63,19%
Total	15.318.846	7.841.904	3.289.047	51,19%

a) Prêmios líquidos

	Consolidado	
	2016	2015
Prêmios diretos	15.197.247	15.831.233
Prêmios de co-seguros aceitos	171.557	307.080
Prêmios de co-seguros cedidos	(356.286)	(300.949)
Restituição de prêmios	(399)	(472)
Repasse DPVAT	564.267	585.556
Recuperação de custos iniciais de contratação	227.444	272.998
Outros	79.029	61.492
Total	15.882.559	16.756.938

b) Receita com resseguros

	Consolidado	
	2016	2015
Recuperação de indenização - direto	1.324.927	1.693.181
Recuperação de indenização - cosseguro aceito	(29.888)	(10.839)
Recuperação de indenização - IBNR	(3.642)	(1.939)
Recuperação de indenização - PDR IBNR	(162)	-
Variação provisão - IBNR	22.562	3.387
IBNER de resseguro	(3.789)	2.799
Total	1.310.000	1.686.589

c) Sinistros ocorridos

	Consolidado	
	2016	2015
Despesa com sinistro	(7.994.153)	(7.923.123)
Serviço de assistência	(287.190)	(271.073)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(2.487)	521
Conciso DPVAT	(183.032)	(21.374)
Despesas com benefícios	(2.734)	(65.561)
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	764	494
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	14.895	(2.247)
Salvados e ressarcimentos	467.668	433.945
Total	(8.016.915)	(7.841.904)

d) Despesas com resseguros

	Consolidado	
	2016	2015
Prêmios de resseguro - direto	(2.253.484)	(1.963.469)
Prêmios de resseguro - cosseguro aceito	(107.022)	(239.500)
Prêmio de resseguro cancelados	130.031	158.960
Prêmio de resseguro restituídos	60.742	35.631
Variação das provisões de resseguro	(116.639)	377.727

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

MAPFRE Brasil Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2015 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014) preparado originalmente antes dos ajustes e reclassificações, descritos na Nota Explicativa nº 2.j, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria sem modificações, com data de 2 de junho de 2015. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2015, examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de dezembro de 2017



KPMG
Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora - CRC RJ-079849/O-3